

18) Recebido a 23/06/2023

Deputados do PS, PSD, IL, PCP e do BE, registando-se a ausência do CHEGA



Bloco de Esquerda  
Grupo Parlamentar

Alexandre Quintanilha

28.06.2023.

Exmo Senhor Presidente da Comissão de  
Educação e Ciência  
Deputado Alexandre Quintanilha

S. Bento, 23 de junho de 2023

**Assunto:** Audição com caráter de urgência da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da ABIC, da plataforma Universidade Comum, da FENPROF e do SNESUP sobre problemas de precariedade na Ciência.

O problema da precariedade no Ensino Superior e na Ciência é um obstáculo ao desenvolvimento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional robusto. Há muito que a investigação depende de trabalho precário, primeiro com a criação do estatuto do bolsheiro e com o abuso desta figura, e depois também com contratos a prazo.

Em 2016, o Decreto Lei 57 (Decreto-lei 57/2016, de 29 de Agosto, alterado Decreto-Lei n.º 57/2017, de 19 de julho) substituiu uma parte das bolsas por contratos de trabalho, o que em si foi um avanço. Mas estes são contratos a termo, funcionam num regime paralelo à Carreira de Investigação Científica e não são garantias efetivas de integração na mesma.

Acresce que o PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (estabelecido pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro) foi uma oportunidade perdida no setor da Ciência. Tal como foi à época denunciado por sindicatos, associações e movimentos, a generalidade das reitorias e presidências dos politécnicos obstaculizaram a regularização de precários, não reconhecendo quem há largos anos executa funções essenciais à Ciência e ao Ensino Superior.

Entretanto, os investigadores da Norma transitória do Decreto-Lei 57 e os investigadores contratados ao abrigo dos Concursos de Estímulo ao Emprego Científico (CEEC) têm andado de renovação em renovação com a legítima expectativa da sua integração na carreira. No entanto, várias instituições estão a decidir não renovar o último ano dos contratos para contornarem a responsabilidade de integrar os investigadores. Estima-se que, durante o

ano de 2023, cerca de dois mil investigadores possam perder o seu emprego, dado o término destes contratos a prazo.

Neste sentido, ouvir a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da ABIC, da plataforma Universidade Comum, da FENPROF e do SNESUP é do maior interesse para o trabalho da Comissão de Educação e Ciência.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição com carácter de urgência da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, da plataforma Universidade Comum, da Federação Nacional dos Professores e do Sindicato Nacional do Ensino Superior sobre problemas de precariedade na Ciência.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,

**Joana Mortágua**